

As sutilezas da tributação*

Everardo Maciel**

A revisão do Produto Interno Bruto (PIB), divulgada na quinta-feira, produziu uma série de efeitos minimamente intrigantes. De repente, nossa riqueza cresceu no contexto dos demais países, sem que tenhamos feito nada de especial. A carga tributária, demonizada por muitos, caiu, sem que fossem reduzidas alíquotas ou bases de cálculo de tributos. Tudo em passe de mágica, muito ao gosto da alma brasileira.

Nada contra as revisões metodológicas introduzidas pelo IBGE na apuração do PIB, exceto pela forma como feito o anúncio. Uma revisão desse porte deveria ser precedida de amplo debate entre especialistas, em clima de completa transparência. Imaginemos, apenas à guisa de hipótese, que um conceito utilizado venha a ser visto novamente, em curto prazo. O PIB ficaria sob suspeita permanente. Algo que lembra aquelas discussões nos anos 70 sob a apuração da inflação. O chuchu, modesto membro das famílias das cucurbitáceas, foi submetido a verdadeira tortura para definir a sua responsabilidade nos robustos índices inflacionários.

Uma das razões, ainda que não muito relevante, que explica a revisão do PIB foi admitir que a Cofins está embutida nos preços dos produtos. Ora, cerca de 15% das receitas dessa contribuição (93%, em termos de número de contribuintes) são provenientes da incidência cumulativa, cuja determinação é idêntica à do Imposto de Renda presumido. Essa parcela deveria ser excluída? Ou o Imposto de Renda deveria ser incluído? Suponhamos que o Supremo Tribunal Federal decida, como parece ser a tendência, que o ICMS não está contido na base de cálculo da Cofins. Qual a repercussão da decisão no conceito adotado? São questões que ficariam mais bem esclarecidas se fossem submetidas a um crivo mais alargado de especialistas. Ao menos, para produzir conceitos mais sólidos e menos vulneráveis às intempéries intelectuais brasileiras.

Haveria, também, que conceber elementos que permitissem uma leitura consistente das séries histó-

ricas que envolvem informações relacionadas com o PIB. Não se pode falar em taxa de crescimento ou fazer comparações entre dados construídos com metodologias distintas. Como ler uma evolução da carga tributária (quociente entre receita arrecadada e PIB), se o seu denominador responde a construções metodológicas distintas? Poderemos, inopinadamente, passar a analisar uma salada estatística.

Mark Twain, celebrado escritor americano, dizia que existem três espécies de mentiras (nesta ordem): mentiras, mentiras indecentes e estatísticas. A carga tributária brasileira está sujeita a esse bem-humorado juízo. A revisão do PIB, entretanto, nos permite algum tipo de reflexão sobre a matéria. Frequentemente são feitos comentários disparatados sobre o peso dos impostos no país. Sobe a arrecadação federal e, de imediato, aparecem analistas de plantão que, com fundamento na aritmética frívola da regra de três simples, disparam ilações alarmistas e insubsistentes.

Aumento da carga tributária, como fato isolado, não quer dizer nada. É indispensável perquirir as razões do aumento. Especialmente no caso brasileiro, existe ampla variedade de causas: elevação de alíquotas ou de bases de cálculo (única causa que, de fato, afeta o bom contribuinte); receitas atípicas resultantes da recuperação de créditos tributários passados, em razão de programas de parcelamento, anistias ou transações tributárias; maior eficiência da máquina arrecadadora com repercussão sobre maus contribuintes; crescimento desigual do PIB entre setores menos onerados, como a agricultura, e outros setores; compensação de prejuízos fiscais, com impacto na tributação presente da renda, etc. Vê-se, pois, que apenas compulsar uma taxa de crescimento da carga tributária pode ser mero exercício simplista.

Há mais de 20 anos integrava o Comor, órgão que dava os primeiros passos para instituição de uma política de controle fiscal no país. Nos meados de um determinado ano, um dos seus membros entrou eufórico na sala de reuniões para informar que o déficit fiscal do ano anterior não fora 6% do PIB, mas 5%. Disse-lhe que aquela informação me deixava muito constrangido, porque ninguém percebera a diferença entre 5% e

* Fonte: *Correio Braziliense*, caderno Opinião, 25/03/2007.

** Consultor tributário, secretário da Receita Federal (1995-2002).

6%, o que nos deixava inseguros quanto à capacidade de distinguir números.

Esse singelo episódio que me vem à memória em tudo se assemelha à revisão da carga tributária brasileira, em função dos novos números do PIB. Ninguém percebeu a diferença. A grita, contudo, continuará, pois, independentemente do relativamente elevado tamanho da carga tributária, a verdade é que tributo é norma de rejeição social, aqui e alhures, em qualquer tempo. A carga tributária parecerá ser maior do que deve.

✱